

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 46/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000314-8 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogados: Vladimir Rossi Lourenço, OAB/MS nº 3.674 e Thiago Nascimento Lima, OAB/MS nº 12.486 (ROSSI LOURENÇO Advogados).** **2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000938-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Figueirão - Assunto: Apurar eventual irregularidade no pagamento de diárias na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Figueirão referente aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. **3) Inquérito Civil nº 06.2016.00001572-2** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a falta/insuficiência de médicos, equipamentos/aparelhos e insumos no CRS AERO RANCHO, bem como a inobservância das regras sanitárias vigentes. **4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000441-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Jateí - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo gestor da Câmara Municipal de Jateí, tendo em vista a necessidade de preenchimento dos cargos de provimento efetivo mediante concurso público e irregularidades nos cargos em comissão. (IC nº 08/2016, migrado para o SAJMP). **5) Inquérito Civil nº 06.2017.00000589-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Lourival Martins de Castilho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais constatadas pela Polícia Militar Ambiental na propriedade rural denominada fazenda Santa Helena. **6) Inquérito Civil nº 06.2017.00001397-2 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado. **Advogado: João Denami Junior, OAB/MS nº 20.495 (Guerra Oliveira Advogados Associados).** **7) Inquérito Civil nº 06.2017.00001748-0** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: UNEPE - Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento - Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa, relativa à entidade UNEPE - Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento, praticados contra o erário público. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00000946-1** - 67ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul - FIEMS - Assunto: apurar e tomar as providências cabíveis em relação à falta de acessibilidade na Casa da Indústria de Campo Grande. **Advogado: Jânio Heder Secco, OAB/MS nº 8.175 e outros.** **9) Inquérito Civil nº 06.2018.00001121-2 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00001153-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de que o município de Naviraí pagou vantagens indevidas a servidores públicos municipais, causando assim danos ao erário público. **11) Inquérito Civil nº 06.2018.00001655-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fazenda Apaporã, José Gonçalves de Lima e outra - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Apaporã de propriedade de José Gonçalves de Lima e outra, as margens do Rio Apa. **Advogada: Janaina Bonomini, OAB/MS nº 13.137.** **12) Inquérito Civil nº 06.2018.00001657-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Espólio de Antônio Manoel Correa Bueno, Fazenda Canta Galo - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Canta Galo de propriedade de Espólio de Antônio Manoel Correa Bueno, as margens do Rio Apa. **13) Inquérito Civil nº 06.2018.00001661-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Estrela, José Luiz Reis Chaves - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel “fazenda Estrela” de propriedade de José Luiz Reis Chaves e Outra, as margens do Rio Apa. **14) Inquérito Civil nº 06.2018.00002086-6 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Campo Grande. **15) Inquérito Civil nº 06.2018.00002914-6 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó. **16) Inquérito Civil nº 06.2018.00003182-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Camapuã, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã - Assunto: Apurar a regularidade da concessão de diárias aos vereadores do Município de Camapuã, referente ao ano de 2011. (IC nº 06/2012, migrado para o SAJMP). **17) Inquérito Civil nº 06.2019.00000069-6** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida:



Prefeitura Municipal de Fátima do Sul - Assunto: Apurar as condições do prédio onde está instalado o Conselho Tutelar de Fátima do Sul. **18) Inquérito Civil nº 06.2019.00000200-6** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Averiguar as condições de segurança no Estádio Fredis Saldivar - "Douradão", localizado na cidade de Dourados/MS. **19) Inquérito Civil nº 06.2019.00000582-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Vergílio Brites da Silva - Assunto: Apurar a prática de possível ato de improbidade administrativa que viola os princípios da Administração Pública por parte do servidor público municipal Vergílio Brites da Silva, que conduziu trator da Prefeitura de Nioaque embriagado, durante o exercício de suas funções. **20) Inquérito Civil nº 06.2019.00000908-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jaime Carlos de Oliveira Filho, proprietário do Mercado Oliveira - Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada pelo Mercado Oliveira, de propriedade de Jaime Carlos de Oliveira Filho, situado na Rua Antônio João, nº 308, consistente na exposição de produtos vencidos e precárias condições de refrigeração. **21) Inquérito Civil nº 06.2019.00001215-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Laranjeira Mendes S/A - Assunto: investigar a ocorrência de armazenamento e utilização de agrotóxicos com prazo de validade vencido no interior da fazenda Santa Virginia. Advogados: Gustavo Feitosa Beltrão, OAB/MS nº 12.491 e Ana Carolina de Lima Jara, OAB/MS nº 23.204 (BELTRÃO Advogados Associados). **22) Inquérito Civil nº 06.2019.00001508-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sérgio Vargas - Assunto: Apurar o desmatamento de 1,02 hectare de vegetação nativa (objeto do Auto de Infração nº 4723) na Fazenda Paraíso, bem como o desmatamento de 18,47 hectares de vegetação nativa (objeto do Auto de Infração nº 4713) na fazenda Paraíso 2, ambos fora da área de Reserva Legal, sem autorização do órgão ambiental. **23) Inquérito Civil nº 06.2019.00001510-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edvaldo Marcelo Dias - Assunto: Apurar a exploração de 8,57 hectares de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, na fazenda Califórnia, de propriedade de Edvaldo Marcelo Dias. **24) Inquérito Civil nº 06.2019.00001713-2 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã. **25) Inquérito Civil nº 06.2019.00001823-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Jari Alves Corrêa - Requerido: Joelvis Ney da Cunha Souza, Prefeitura Municipal de Camapuã, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã - Assunto: Apurar eventual ilegalidade decorrente da destinação de recursos ao hospital local sem autorização do Poder Legislativo. **26) Inquérito Civil nº 06.2020.00000105-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na utilização de fossa séptica conjunta sem condições de uso e de restauração do Condomínio Residencial Alvorada, localizado na rua Alagoas, nº 54, Centro, nesta cidade e Comarca de Sidrolândia/MS. Advogados: Lucas Orsi Abdul Ahad, OAB/MS nº 15.582, Douglas de Oliveira Santos, OAB/MS nº 14.666, Pedro Henrique Carlos Vale, OAB/MS nº 350.533 e Pablo Arthur Buarque Gusmão, OAB/MS nº 20.315 (OLIVEIRA VALE & ABDUL AHAD Advogados). **27) Inquérito Civil nº 06.2020.00000256-1 (Sigiloso)** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande. **28) Inquérito Civil nº 06.2020.00000466-0** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar a regularidade das dispensas de licitação nºs 017, 018 e 019/2020/DL/PMD, que tiveram como objeto a aquisição de EPI&apos, álcool em gel antisséptico e kits de teste rápido para Covid-19 e outras, pelo Município de Dourados. **29) Inquérito Civil nº 06.2020.00000505-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de que bancos, lotéricas e cooperativas de crédito, em funcionamento no mercado de consumo de Naviraí/MS, estão deixando de observar procedimentos sanitários de ordenamento de consumidores que permanecem em filas de espera de atendimento em suas respectivas agências, colocando em risco a saúde deles e da coletividade, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19). **30) Inquérito Civil nº 06.2020.00000073-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Carlos Mascarello - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente da fazenda União. **31) Inquérito Civil nº 06.2020.00000031-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Devanilso Barros Duarte - Assunto: Apurar desmatamento de 0.471 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Alvorada, em Batayporã, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 156/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **32) Inquérito Civil nº 06.2019.00001633-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Usina Rio Amambai Agroenergia S/A - Assunto: Apurar dano ambiental em área de preservação permanente localizada as margens de um córrego inominado que nasce no interior da propriedade rural fazenda São Rafael, sob responsabilidade da Usina Rio Amambai Agroenergia. **33) Inquérito Civil nº 06.2019.00001534-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados -



Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Glória de Dourados - Assunto: Apurar a prática de nepotismo pelo Prefeito Municipal em razão da contratação de prestador de serviço que é genitor de servidor que já exerce o cargo de chefia no âmbito do Poder Executivo do município de Glória de Dourados/MS. **34) Inquérito Civil nº 06.2019.00001570-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Donizete Lourenço de Paula - Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,66 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada Sem floresta-de-galeria, na propriedade rural fazenda São João (CARMS0000212), no município de Bandeirantes/MS, conforme Parecer n. 226/19/NUGEO-Programa DNA Ambiental 2016-2017. **35) Inquérito Civil nº 06.2018.00002934-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Municípios de Deodápolis e Glória de Dourados - Assunto: Apurar eventual descumprimento da carga horária pelos servidores públicos lotados na área da saúde deste município de Glória de Dourados. **36) Inquérito Civil nº 06.2020.00000104-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes - Assunto: Apurar a situação de abandono do prédio urbano pertencente à "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Vinte de Junho", matrícula nº 439. **37) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001501-2 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Mundo Novo.

Campo Grande, 25 de agosto de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 47/2020/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

Notícia de Fato nº 01.2020.00003694-0 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Campo Grande, 25 de agosto de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000343 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2347/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.745,00 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000343 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000344 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2347/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000344 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000345 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2351/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 13.150,00 (treze mil cento e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000345 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000346 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2351/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 4.625,00 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000346 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000347 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2351/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 4.585,00 (quatro mil quinhentos e oitenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000347 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000348 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2352/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000348 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000350 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2352/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 958,00 (novecentos e cinquenta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000350 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000349 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2353/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.959,00 (um mil novecentos e cinquenta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000349 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000351 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2353/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000351 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000352 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2353/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 9.860,00 (nove mil oitocentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000352 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000353 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2356/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 42.730,00 (quarenta e dois mil setecentos e trinta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000353 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000354 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2356/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 7.280,00 (sete mil duzentos e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000354 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000355 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2356/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.930,00 (três mil novecentos e trinta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000355 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000356 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2355/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000356 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000357 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2355/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.030,00 (um mil e trinta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000357 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000358 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2355/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000358 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000359 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2354/2020**

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000359 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000360 DE 21.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2354/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000360 de 21.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000361 DE 24.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2354/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000361 de 24.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

RECOMENDAÇÃO N.002/2020/50ªPJ

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002745-2

Recomendado (a): Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS

Finalidade: Adoção de providências no intuito de aperfeiçoar as investigações das autoridades competentes quando da ocorrência de morte de internos reclusos nas unidades prisionais de Campo Grande.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que compete à 50ª Promotoria de Justiça da capital, precipuamente, promover visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos em Campo Grande-MS, adotando medidas extrajudiciais e judiciais para proteção dos interesses difusos e coletivos dos presos, com o objetivo de corrigir irregularidades eventualmente detectadas nos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 56, de 22 de junho de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial do artigo 1º¹, dispondo acerca da uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público, visando assegurar o respeito à integridade física e moral dos presos, consoante previsto no artigo 5º, XLIX², da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando a sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília³ estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, *a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso*⁴, além do *esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...)*⁵;

CONSIDERANDO que a Magna Carta enumera, em seu art. 5º, cláusulas pétreas concernentes aos direitos e deveres individuais e coletivos, explicitando no inciso III que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”; no inciso XLVII que “não haverá penas: (...) cruéis”; no seu inciso XLIX que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”; redações que deixam evidente a garantia dos encarcerados a receberem tratamento digno, inclusive quanto à própria segurança enquanto cumprem pena.

¹Resolução n. 56/2010-CNMP: Art. 1º Os membros do Ministério Público incumbidos do controle do sistema carcerário devem visitar mensalmente os estabelecimentos penais sob sua responsabilidade, registrando a sua presença em livro próprio.

²CF: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

³ Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro.

⁴ Alinea “b”, item 6.

⁵ Alinea “n”.



CONSIDERANDO que a administração pública tem como princípios basilares encartados no art. 37 da Constituição Federal a “legalidade” e a “eficiência”, de modo que ao Estado administrador incumbe dar efetividade a políticas públicas capazes de controlar a criminalidade, sem se olvidar da necessária estruturação e ao funcionamento do sistema carcerário como um todo, pois a legislação constitucional e infraconstitucional assim o determina.

CONSIDERANDO que o art. 1º da Lei de Execução Penal – Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, estatui que *a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado*; seu art. 3º estabelece que *ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei*; sendo que o fato de se encontrar sob a tutela do estado, no interior de uma unidade penal, faz surgir como ínsito o direito à segurança, enquanto lá permanecer;

CONSIDERANDO o que dispõe a Recomendação nº 01/2016/CGMP, a qual dispõe sobre a utilização das Recomendações pelos órgãos de execução no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente em seu art. 1º, *in verbis*: “*As recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhadas pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do período assinalado*”;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 015/2007/PGJ, de 27 de novembro de 2007, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que disciplina o inquérito civil – complementando, no que couber, a Recomendação retrocitada - visando à proteção dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, nela estabelecendo a expedição de recomendações como *instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social*⁶;

CONSIDERANDO os fatos apurados na Notícia de Fato nº 01.2020.00000638-0, no qual foram discutidas, com demais autoridades atuantes no sistema prisional da Capital, maneiras de se aperfeiçoar as investigações concernentes aos eventos de morte ocorridos no interior das unidades prisionais de Campo Grande (f. 70/71 – ANEXO I desta Recomendação e f. 107/110 – ANEXO II desta Recomendação).

CONSIDERANDO que a atuação imediata e a célere colheita de informações por parte da autoridade policial é fundamental para favorecer a elucidação dos casos envolvendo mortes de internos, mormente a partir de medidas eficazes voltadas à apurar a autoria do fato de maneira diligente, o que, em última análise, propiciará mais segurança ao sistema penitenciário;

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, pelo artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e pelo artigo 5º e 44 da Resolução n. 015/2007/PGJ, de 27 de novembro de 2007, compatibilizado com o teor da Recomendação nº 01/2016/CGMP, resolve RECOMENDAR à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS, na pessoa de seu diretor-presidente *Aud de Oliveira Chaves*, que adote providências no sentido de fornecer condições para o aperfeiçoamento das investigações das autoridades competentes quando da ocorrência de morte de internos reclusos nas unidades prisionais de Campo Grande:

1. Disponibilizar meios para que os envolvidos nos eventos de morte (colegas de cela e potenciais testemunhas) sejam ouvidos, de forma imediata, em local específico e adequado, no interior da unidade prisional, pela respectiva autoridade policial;

2. Providenciar imediatamente, à autoridade policial, cópia do confere referente à data da morte (ou data (s) presumida (s) da ocorrência), lista dos Agentes Penitenciários de plantão e de expediente na data do fato, e demais informações relevantes, notadamente quanto à rotina da unidade prisional;

3. Providenciar a instalação e/ou manutenção regular de câmeras de segurança em áreas estratégicas das unidades penais, a fim de que se encontrem sempre em funcionamento;

⁶ Art. 5º;



4. Providenciar imediatamente, à autoridade policial, cópia das imagens internas dos presídios, capturadas pelas respectivas câmeras de segurança;

5. Determinar URGÊNCIA na tramitação de PADICs que apurem morte de internos nas unidades prisionais.

Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 45, *caput*, da Resolução nº 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 dias para o recomendado responder, por escrito, sobre a adoção ou não da presente recomendação, informando as providências implementadas ou que pretende implementar (neste último caso, com cronograma de atividades), em caso positivo.

Deverão, ainda, com fundamento no parágrafo único do art. 45 da Resolução nº 015/2007/PGJ, providenciar, incontinenti, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este *Parquet* no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 21 de agosto de 2020.

JISKIA SANDRI TRENTIN
50ª Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

RECOMENDAÇÃO N.º 001/2020

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000519-1

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Município de Aparecida do Taboado/MS

RECOMENDAÇÃO N.º 001/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do órgão de execução que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 37, 127, *caput* e 129, inciso III, todos da Constituição Federal; na Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); na Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, “a”, da Lei n.º 8.625/93;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante o previsto no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94, expedir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens, cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”⁷, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

⁷ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. **Ministério Público em ação**. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.



CONSIDERANDO a relevância e a magnitude das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público, por força do art. 129, inciso III, da Constituição da República e das disposições da Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública);

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, segundo o artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que nas compras de alimentos realizadas pela Administração Pública, existe a necessidade do “*fornecimento de alimentação nutricionalmente equilibrada, que assegure aos carentes a obtenção de proteínas. O que se exige, portanto, é um produto microbiologicamente saudável e aceitável pelos destinatários.*”⁸;

CONSIDERANDO que a *Lei Estadual nº 3.892, de 10 de maio de 2010, proíbe a comercialização direta ao consumidor de carne previamente moída, exceto nos casos de comercialização de carnes moídas industrializadas, desde que vistoriadas por órgão competente e tenham os selos de qualidade exigidos*;

CONSIDERANDO que a apuração no bojo do Inquérito Civil nº 06.2020.00000519-1, verificou que a carne moída fornecida pelo *Mercado Maná Plus* (Mercado Souza & Souza Ltda - ME), decorrente da execução da Ata de Registro de Preços nº 011/2019, foi entregue fora das especificações do edital, uma vez que não teve inspeção e tampouco fora liberado o "selo" do SIM do Cidecol para ser comercializada;

RESOLVE:

Recomendar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Aparecida do Taboado, *José Robson Samara Rodrigues de Almeida* para que, no prazo de 15 (quinze dias) a contar do recebimento do presente documento, adote as providências cabíveis para inserir nos contratos para aquisição de carne moída, inclusive os em andamento, a exigência de acompanhamento da moagem por nutricionista responsável, ou na ausência desta, por outro servidor com capacidade técnica, de modo a garantir o atendimento da legislação consumerista e sanitária, bem como a procedência das peças processadas, a entrega do tipo de carne escolhida e evitar possível mistura de carnes com qualidade inferior ou adição de componentes impróprios ao consumo.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público informa que poderá adotar as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da ação civil pública cabível.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para que sejam prestadas informações sobre o acatamento (ou não) desta recomendação.

Em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução nº 15/2007/PGJ, determino ao Executivo Municipal a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público (CAOPJPPS), ao Poder Legislativo Municipal, à Secretária Municipal de Educação, *Maria Margarida de Matos*, à Procuradoria-Geral do Município, Dr. *Rodrigo Oliveira da Silva* e ao Dr. *Marcelo Eduardo Pizzi*, à Secretaria de Administração (setor de licitação e setor de compras), *Jary Augusto Silva*, à Controladoria Interna do Município, Dra. *Débora Fernanda Barros* para conhecimento e eventuais providências

Aparecida do Taboado, 20 de agosto de 2020.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO
Promotor de Justiça

⁸ FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Edição 2016 -LEI 8.666/93 - CAPÍTULO II. DA LICITAÇÃO SEÇÃO IV. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO ART. 46.



CHAPADÃO DO SUL

EDITAL 21/2020/2ªPJCS

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul torna pública a retificação do Edital nº 010/2020/2ªPJCS quanto aos nomes dos requeridos, para que passem a constar **Adam Illich e Érika Hildegard Duch Illich**. O IC 06.2019.00001546-7, pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Chapadão do Sul – MS, 24 de agosto de 2020.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA
Promotora de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 005/MPE/2ªPJCR/2020.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Preparatório MP n. 06.2020.00001045-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001045-0.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica-MS.

Requerido: K2 Madeiras Ltda.

Assunto Formalizar Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido K2 Madeiras Ltda, pelo fato de transportar madeiras serradas sem licença válida para todo o tempo de viagem, outorgada pela autoridade competente.

Costa Rica, 24 de agosto de 2020.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EDITAL N. 006/MPE/2ªPJCR/2020.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Preparatório MP n. 06.2020.00001046-1, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001046-1.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica-MS.

Requerido: Madeireira Vitória Régia Ind. Com. Transp. Imp. E Exp. de Madeiras Ltda.

Assunto: Formalizar tomada de compromisso de ajustamento de conduta com o requerido Madeireira Vitória Régia Ind. Com. Transp. Imp. E Exp. de Madeiras Ltda, pelo fato de transportar madeiras serradas sem licença válida para todo o tempo da viagem, outorgada pela autoridade competente.

Costa Rica, 24 de agosto de 2020.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

**EDITAL N. 007/MPE/2ªPJCR/2020.**

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Preparatório MP n. 06.2020.00001047-2, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001047-2.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica-MS.

Requerido: W. Dos Santos Bertoloto – Nacional Madeiras.

Assunto: Formalizar tomada de compromisso de ajustamento de conduta com o requerido W. Dos Santos Bertoloto – Nacional Madeiras, por transportar madeiras serradas sem licença válida para todo o tempo da viagem, outorgada pela autoridade competente.

Costa Rica, 24 de agosto de 2020.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAURILÂNDIA

EDITAL N° 0009/2020/PJ/AID

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002320-1

Partes: Município de Anaurilândia/MS

Objeto: Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município de Anaurilândia no 6º termo Aditivo ao TAC.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - 6º ADITIVO

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Anaurilândia/MS e Edson Stefano Takazono, Prefeito do Município de Anaurilândia/MS, em 17/07/2020, fica autorizado o compromissário nos termos estabelecidos na Cláusula Quinta do Termo de Conduta, ora aditivado, a utilizar do Fundo de Reserva Mínima de Longo Prazo o montante de R\$101.253,24 (cento e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e vinte e quatro centavos), destinado exclusivamente para construção de uma indústria de mandioca no Assentamento Esperança, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.ms.br, bem como na Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS, localizada na Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Cep: 79.770-000, Telefone (67) 3445-1393.

Anaurilândia/MS, 17 de julho de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

**BRASILÂNDIA****NOTIFICAÇÃO Nº 0015/2020/PJ/BRS**

Ref. Notícia de Fato nº 01.2019.00011443-2

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia, vem informar Bruna Maria da Silva Souza, sobre o arquivamento da Notícia de Fato n.º 01.2019.00011443-2.

Os motivos que ensejaram o arquivamento da Notícia de Fato constam no Despacho de Indeferimento de Instauração (anexo), entretanto, Vossa Excelência, se assim desejar, em respeito à Resolução nº 015/2007-PGJ, poderá interpor recurso contra esta decisão ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul⁹.

Na oportunidade, apresento minhas manifestações de elevada estima e distinta consideração.

Brasilândia/MS, 09/03/2020.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA
Promotor de Justiça

A Ilma. Senhora
Bruna Maria da Silva Souza
Rua Vicente Fernandes, n.º 254, Centro
Brasilândia/MS

Notícia de Fato n. 01.2019.00011443-2

Requerente: Bruna Maria da Silva Souza

Requerido(a): Nome da Parte Passiva Seleccionada << Nenhuma informação disponível >>

1- A presente Notícia de Fato foi registrada em razão de reclamação formulada por Bruna Maria da Silva Souza, segundo o(a) qual, *ipsis litteris*: Apurar denúncia de ato de improbidade.

2- Pois bem. O caso foi encaminhado à Delegacia de Polícia para apurar eventual crime. Existe, assim, procedimento de investigação acerca do tema, de modo que a adoção de qualquer medida neste protocolado, senão o seu arquivamento, representará indevido *bis in idem*.

3- Não é por outra razão que o art. 11, inciso II, da Resolução PGJ 15/2007, estabelece que a "notícia de fato será arquivada quando: II) o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial" (grifei).

4-Assim, promovo o arquivamento da presente notícia de fato, com as anotações e cautelas de praxe, e determino: i) a notificação pessoal do autor da representação para tomar conhecimento das medidas adotadas e para, no prazo de 10 dias, a contar da ciência do ato, querendo, interpor nesta Promotoria de Justiça recurso ao Conselho Superior do Ministério Público com as respectivas razões; i.a) interposto recurso, o interessado deverá ser instado a, no prazo de 10 dias, ofertar contrarrazões, voltando-me cls. para eventual reconsideração da decisão ou determinação de imediato encaminhamento ao CSMP (a ser operacionalizado no prazo máximo de 03 dias), via sistema informatizado de controle de procedimentos extrajudiciais; i.b) transcorrido o prazo de 10 dias sem interposição de recurso, certifique-se nos autos, arquivando-se em definitivo nesta Promotoria de Justiça.

Brasilândia, 06 de março de 2020.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA
Promotor de Justiça

⁹ Resolução nº 015/2007 - Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul - artigo 11: Em caso de manifesta evidência de que os fatos narrados na representação não configurem lesão aos interesses ou direitos mencionados no art. 1º desta Resolução, o órgão de execução poderá indeferir o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante.

§ 1º O representante terá o prazo de dez dias, a contar da ciência do indeferimento, para interpor recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, acompanhado das respectivas razões.

§ 2º O recurso contra o indeferimento de pedido de instauração de inquérito, acompanhado das respectivas razões, será interposto perante a Procuradoria-Geral de Justiça ou a Promotoria de Justiça, conforme o caso.

**DEODÁPOLIS**

EDITAL Nº 0034/2020/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2020.00001525-6.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001525-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Nome da Parte Passiva Selecionada << Nenhuma informação disponível >>.

Objeto: Compilar as iniciativas estratégicas, nas áreas de meio ambiente, habitação e patrimônio histórico e cultural, adotadas, para o ano de 2020, pela Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, com apoio do CAOMA/Núcleo Ambiental/MPMS, conforme Planejamento Estratégico do MPMS – PEI 2020/2025..

Deodápolis/MS, 24 de agosto de 2020

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0035/2020/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC Nº 09.2020.00002642-0.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00002642-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Juliano Alves Marangoni.

Objeto: acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta nº 005/2020/PJ/DPS, relativo ao IC nº 06.2018.01006-8, nos termos do art. 38, caput, da Resolução nº 015/2007-PGJ..

Deodápolis/MS, 25 de agosto de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0036/2020/PJ/DPS.**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 09.2020.00002642-0.

COMPROMITENTE: Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS.

COMPROMISSÁRIO: Juliano Alves Marangoni

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS publica Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS e Juliano Alves Marangoni, em 03/08/2020, tendo por objeto a regularização ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Matrícula nº 5.459 do CRI de Deodápolis/MS, CARMS sob o registro MS-5003454-3F7EB5EA114545D98AAC9CB041BC33BO, localizada na 13ª Linha, Poente, no município de Deodápolis/MS, bem como a recuperação física (obrigação de fazer) e a reparação pecuniária (obrigação de indenizar – dano ambiental de interregno) do passivo ambiental identificado no Parecer nº 188/16/Nugeo, no Parecer nº 51/19/Nugeo e no Relatório de Vistoria Técnica nº 049/DAEX/CORTEC-MA/2019, consistente na ausência de aproximadamente 8,9267 ha de áreas de preservação permanente pertencentes ao Rio Dourados, ao Córrego Eretã e a um olho d'água sem denominação, o qual está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, Cep. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 25 de agosto de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

NIOAQUE

EDITAL Nº 06.2020.00000819-9

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2020.00000819-9

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: A Apurar

ASSUNTO: Apurar eventual configuração de nepotismo entre os servidores públicos municipais Rodrigo de Araújo e Stella da Silva Gomes de Araújo (cônjuges).

Nioaque, 25 de agosto de 2020.

MARIANA SLEIMAN
Promotora de Justiça